

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Ana Carolina Pinto

**Informações ambientais nas companhias brasileiras de capital aberto: uma análise
de acordo com os maiores potenciais poluidores**

Juiz de Fora

2018

ANA CAROLINA PINTO

**Informações ambientais nas companhias brasileiras de capital aberto: uma análise
de acordo com os maiores potenciais poluidores**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientador: Prof. Luis Carlos Barbosa dos Santos

Juiz de Fora - MG

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 01 de Novembro de 2018.

Ana Carolina Pinto

¹ LEI N° 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Categorias de pesquisas sobre a divulgação na contabilidade	12
Tabela 2 - Listagem das empresas selecionadas	18
Tabela 3- Estrutura Conceitual para Levantamento das Informações Ambientais	19
Tabela 4- Formas de Classificação das Sentenças de Acordo com a Evidência	19
Tabela 5 - Formas de Classificação das Sentenças de Acordo com a Essência	20
Tabela 6- Relação das informações divulgadas por categoria.....	21
Tabela 7- Relação das informações divulgadas quanto a forma da Evidência.....	21
Tabela 8- Relação das informações divulgadas quanto a Essência	21

RESUMO

O presente trabalho buscou investigar as características da divulgação de informações de cunho ambiental de companhias do setor de Materiais Básicos da B3 enquadradas nos maiores níveis de potencial poluidor segundo a Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Como a sociedade vive com recursos naturais limitados, é importante que se saiba como as organizações estão impactando nos mesmos. O estudo aqui realizado buscou contribuir com o acervo de informações no que tange ao impacto no meio ambiente. Para atingir o objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, na qual foram analisadas as Notas Explicativas e os Relatórios da Administração, referentes ao ano de 2017, das empresas selecionadas para a amostra, buscando por informações de cunho ambiental, e classificando-as de acordo com a forma de evidência e com a essência da divulgação. Como resultado, foram encontradas 206 informações de cunho ambiental. A maioria (63,11%) localizou-se no Relatório dos Administradores, e atribuiu boa imagem à organização (84,47%). Quanto a forma da evidência, a maior parte das informações divulgadas (74,27%) foram declarativas. A categoria mais apresentada foi “Informações Financeiras Ambientais”, e a menos apresentada foi “Mercado de Créditos de Carbono. O resultado da pesquisa abre espaço para questionamentos sobre a pertinência de uma regularização e/ou normatização acerca desta divulgação de informações de cunho ambiental.

Palavras-chave: Disclosure ambiental. Divulgação voluntária. Meio-ambiente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Contextualização.....	7
1.2 Objetivos da Pesquisa	8
1.3 Motivação e justificativa para realização da pesquisa	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Evidenciação Contábil	10
3 METODOLOGIA.....	16
3.1 Caracterização do estudo	16
3.2 Procedimentos de pesquisa	16
3.3 Critérios para Escolha das Empresas Objeto do Estudo	17
4 ANÁLISE	21
4.1 Informações contidas nas Notas Explicativas.....	22
4.2 Informações contidas nos Relatório dos Administradores	25
4.3 Discussão da Análise	28
5 CONCLUSÃO.....	29
6 REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Com a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil em 2008, conforme o CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - e suas posteriores atualizações, as demonstrações contábeis obrigatórias a serem divulgadas pelas empresas passam a caminhar cada vez mais no sentido de se tornarem uniformes. Porém, mesmo com a uniformidade que as normas internacionais de contabilidade trouxeram para determinadas informações contábeis, as informações voluntárias variam de acordo com a vontade das empresas. No entanto, estes tipos de informações voluntárias podem representar alguns benefícios para a empresa que as elaboram e as divulgam, como vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes, e a inspiração de uma maior confiança e credibilidade em seus investidores, possíveis investidores e até clientes.

Além de maior qualidade da informação contábil, as normas internacionais de contabilidade agregam comparabilidade e transparência das informações, fazendo com que elas se tornem mais simétricas no âmbito internacional, influenciando no preço das ações (DEVALLE, ONALI E MAGARINI, 2010, p. 86).

Tendo em vista as vantagens relacionadas à divulgação de maneira voluntária, analisando a divulgação no âmbito das informações ambientais, Coleman (2011, p. 256) destaca que quando se dá atenção explícita às boas normas ambientais e às normas contábeis, pode-se ter uma administração superior que por sua vez levará a melhores estratégias, reduzindo os riscos ambientais, sociais e de governança.

Com o surgimento da demanda por informações de caráter financeiro-ambiental, aparece, em 1970, a Contabilidade Ambiental, devido à maior atenção que as empresas passaram a dar aos problemas ambientais, devido à crescente cobrança da sociedade. (FARONI, *et al*, 2010, p. 1120)

No entanto, além das vantagens já mencionadas, deve-se levar em consideração ao se pensar em divulgação voluntária o parágrafo QC35 da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011), que trata sobre a restrição de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro útil:

O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe

custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.

Além disso, Cardoso e Martinez (2006, p. 3) afirmam que não seria razoável supor que as companhias estivessem dispostas a gerar e divulgar informações contábeis que contrariassem seus interesses, quando fosse viável e lícito escolher práticas que gerassem informações compatíveis com os mesmos.

Considerando-se estas afirmações, há indícios de que as empresas com maior potencial poluidor tenham um maior volume de informações de cunho ambiental a serem divulgadas, visto o maior impacto que causam no meio ambiente. Diante disto, surge o seguinte questionamento: Quais as características das informações de cunho ambiental divulgadas voluntariamente pelas empresas brasileiras de capital aberto, pertencentes ao setor de Materiais Básicos listadas na B3, que se enquadram nos dois maiores níveis de potencial poluidor?

Neste estudo, utilizou-se para avaliar o potencial poluidor das empresas os critérios presentes na Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

A intenção do estudo é observar as características das informações de cunho ambiental divulgadas voluntariamente pelas empresas brasileiras de capital aberto, que se enquadram nos dois maiores níveis de potencial poluidor.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar junto à B3 quais as empresas pertencentes ao setor de Materiais Básicos estão enquadradas nos níveis de pequeno, médio e alto potencial poluidor segundo a Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

- Identificar nas Notas Explicativas e no Relatório dos Administradores de 2017 as informações divulgadas voluntariamente de cunho ambiental, tendo em vista suas diferentes áreas de atuação, dentro do setor de Materiais Básicos, e levando-se em conta seus níveis de potencial poluidor.

- Analisar as informações divulgadas voluntariamente e enquadrá-las em categorias padronizadas.

1.3 Motivação e justificativa para realização da pesquisa

No Brasil ainda é pouco discutida a divulgação voluntária das informações contábeis das companhias.

Além disso, assuntos referentes ao ambiente estão ganhando cada vez mais importância tanto nas organizações, quanto na sociedade. É crescente a preocupação com a finitude dos recursos naturais, e com as consequências que seu mau aproveitamento acarretará para a sociedade como um todo.

A pesquisa sobre o tema em questão possibilitará uma maior compreensão da forma com a qual a divulgação voluntária de informações ambientais ocorre no setor em questão, podendo contribuir para a tomada de decisões dos usuários da contabilidade, além de contribuir como base para que mais empresas adotem a elaboração de relatórios de maneira voluntária, e para que a sociedade dê mais atenção a estes relatórios.

Sob o aspecto acadêmico, a pesquisa ganha importância devido ao tema estar sendo amplamente discutido atualmente. É pertinente uma abordagem sobre o assunto em questão também com a finalidade de conscientizar os novos profissionais da importância do tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica que serve como base para a elaboração deste trabalho.

2.1 Evidenciação Contábil

Para que seja possível realizar as análises propostas nesta pesquisa, é necessário entender o que compreende a evidenciação contábil.

Iudícibus (2004, p. 129) conceitua evidenciação como:

Um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário. Ocultar ou fornecer informação demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso.

A divulgação de informações é de extrema importância para que os usuários externos da contabilidade tomem conhecimento da posição da entidade e se certifiquem de que a mesma está dentro dos limites da legislação e da normatização, visando inclusive diminuir as irregularidades e fraudes, ou seja, a evidenciação pode ser considerada como uma forma de transparência para a gestão das empresas (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012).

Já caminhando mais especificamente para a divulgação ambiental, segundo Rufino e Machado (2017, p. 360), a responsabilidade social/ambiental é um tema em ascensão no ambiente corporativo. Isso é notório devido à preocupação de diversas empresas em divulgar suas ações voltadas à área social e ambiental.

Ainda segundo Rufino e Machado (2017, p. 347):

A divulgação social e ambiental corporativa pode ser entendida como a prestação de informações financeiras ou não financeiras que estejam relacionadas à interação da empresa com o ambiente físico e social. É perceptível que a forma mais utilizada para evidenciar essa interação têm sido os relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade ou balanço social, que se dá de forma discricionária.

Sampaio (2012, p. 2) aponta um aumento recente na divulgação de informações socioambientais. O autor afirma que as empresas com maior potencial de inferir negativamente no ambiente tem praticado um maior volume de *disclosure* de informações de cunho socioambiental, devido à crescente pressão e à vontade da própria companhia de alcançarem legitimidade perante a sociedade.

2.1.1 Custo da Evidenciação

A divulgação voluntária das informações contábeis pode apresentar tanto vantagens, quanto desvantagens para a companhia. Além disso, a informação possui diferentes tipos de custos de evidenciação, como políticos, de elaboração da informação ou até mesmo um *tradeoff*.

Murcia *et al.* (2008, p. 266) afirmam que “[...] empresas maiores possuem maiores custos políticos devido à sua visibilidade perante a sociedade, o que poderia atrair a atenção do governo e do mercado como um todo”.

Além disso, considerando-se o custo de capital, Dye (2001, p. 224) aponta que as companhias podem reduzir o custo de capital divulgando mais informações, no entanto, divulgar estas informações também pode acarretar perdas, ou seja, acontece um *tradeoff* (entre reduzir os custos de capital e acarretar perdas).

Dantas, *et al.* (2004, p. 10) afirmam que:

Se há evidências dos benefícios que um maior nível de evidenciação traz para uma empresa e para um mercado, também é evidente que há um custo associado à produção e divulgação da informação. O que se discute é a relação custos *versus* benefícios do *disclosure*, o que não se traduz em uma questão objetiva.

Abordando os custos da elaboração da informação contábil, o parágrafo QC38 da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro menciona:

Na aplicação da restrição do custo, avalia-se se os benefícios proporcionados pela elaboração e divulgação de informação em particular são provavelmente justificados pelos custos incorridos para fornecimento e uso dessa informação. Quando da aplicação da restrição do custo no desenvolvimento do padrão proposto de elaboração e divulgação, o órgão normatizador deve procurar se informar junto aos fornecedores da informação, usuários, auditores independentes, acadêmicos e outros agentes sobre a natureza e quantidade esperada de benefícios e custos desse padrão. Em grande parte dos casos, as avaliações são baseadas na combinação de informação quantitativa e qualitativa.

Levando-se em conta a importância da divulgação das informações contábeis e os custos para elaborá-las, é importante ressaltar duas teorias: a Teoria da Divulgação e a Teoria dos Jogos.

2.1.2 Teoria da Divulgação x Teoria dos Jogos

Verrecchia (2001, p. 98), ao discorrer sobre a Teoria da Divulgação, afirma não existir uma Teoria da Divulgação unificada.

Levando em conta as limitações da Teoria da Divulgação, o autor elabora três modelos de categorias de pesquisas sobre a divulgação na contabilidade, que compreendem:

Tabela 1- Categorias de pesquisas sobre a divulgação na contabilidade

Divulgações Baseadas em Associação (<i>association-based disclosure</i>)	Divulgações Baseadas em Julgamento (<i>discretionary-based disclosure</i>):	Divulgação Baseada em Eficiência (<i>efficiency-based disclosure</i>):
Compreende pesquisas que buscam examinar a situação através da análise dos efeitos da divulgação no comportamento dos investidores.	Nesta categoria, enquadram-se pesquisas que buscam identificar quais motivos levam as empresas a divulgarem determinadas informações, e o que as leva a não divulgar outras.	Enquadram-se pesquisas que buscam quais as estratégias/configurações de divulgação são preferidas inconscientemente.

Fonte: Verrecchia (2001, p. 101-160), com adaptação da autora.

Conforme mostrado anteriormente, Verrecchia (2001, p. 98) afirma não existir uma Teoria unificada da divulgação. Levando-se esta afirmação em consideração, é importante ressaltar também o trabalho de Dye (2001, p. 184), que ao analisar o *paper* de Verrecchia, discordou, afirmando que, quando se trata de divulgação voluntária, existe sim uma teoria.

Esta teoria seria um caso especial da Teoria dos jogos, que parte da premissa de que qualquer entidade fará a divulgação de informações que sejam favoráveis a ela, e não fará a divulgação de informações que serão negativas à sua imagem.

Tendo discutido todos estes tópicos a respeito do tema abordado no presente trabalho, é necessário uma breve exposição dos termos específicos presentes nas informações ambientais divulgadas pelas empresas.

2.1.3 Contabilidade Ambiental

Dentro da contabilidade, há uma subdivisão denominada Contabilidade Ambiental. Silva (2009, p. 344) afirma que a Contabilidade Ambiental “é um novo ramo ou especialização da contabilidade, desenvolvido com o objetivo de acompanhar as mudanças que vêm ocorrendo quanto à postura de preservação do meio ambiente”

Segundo Marion (2009, p. 40), a contabilidade Ambiental se preocupa com a proteção do meio ambiente, levando em conta a escassez dos recursos naturais.

De acordo com Gomes (2010, p. 3):

A contabilidade ambiental destina-se a fornecer informações sobre o uso dos recursos naturais e a poluição originada pela atividade das empresas. As novas normas contabilísticas clarificam o modo de proceder ao tratamento dos

aspectos ambientais de uma empresa, permitindo às mesmas divulgar os resultados obtidos.

Santos *et al.* (2014, p.5) fazem o seguinte questionamento: “Qual seria o investidor que se arriscaria em investir em uma empresa que tem limitação para a geração de lucro?”, mostrando assim, a importância da contabilidade ambiental, já que, com o uso da mesma, podem ser definidos meios para a produção, e também para a preservação dos recursos.

A divulgação de informações contábeis ambientais pode apresentar vantagens competitivas para a entidade que a executa. Porém, deve-se levar em consideração que toda elaboração e divulgação de informações geram custos para a entidade que as elabora.

2.1.3.1 Elementos de natureza contábil a serem evidenciados

As Demonstrações Contábeis de natureza ambiental apresentam elementos bastante característicos.

Segundo Batista, Melo e Carvalho (2016, p. 131):

Os itens ambientais correspondem a todos os elementos que, direta ou indiretamente, estão associados ao meio ambiente, seja como investimento (ativo); obrigações (passivo); receita, despesa, gasto ou custo de natureza ambiental, que são evidenciados através da contabilidade ambiental.

Dentre estes elementos, encontra-se o ativo ambiental. Segundo Kraemer (2011, p. 75), compreende “todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental”.

Ainda com relação aos Ativos Ambientais, Ribeiro (2010, p. 61) afirma:

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas que tenham a capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem a preservação, proteção e recuperação ambiental.

Os passivos ambientais são obrigações que a empresa adquiriu através de atividades que já aconteceram e afetaram o meio ambiente de forma negativa, ou que coloquem o mesmo em risco. Pode ser oriundo de desembolsos para reconstituir o que já foi degradado, e pode compreender também multas ou indenizações (TINOCO, KRAEMER, 2011, p. 156).

O passivo ambiental tem uma enorme importância quando avalia-se a situação de uma empresa. Em países com maior nível de desenvolvimento, as Instituições Financeiras analisam este passivo e, caso exista determinado nível de risco potencial ao meio ambiente, a companhia pode até ter o empréstimo negado (KRAEMER, 2011, p. 78).

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.77 e 78), ao se pensar no Patrimônio Líquido do balanço ambiental, podemos encontrar as contas de Capital Social e Reserva de Lucros, que compreende: reserva contingencial para multas por danos ambientais, reserva contingencial para indenização por danos ambientais, reserva contingencial para aquisição de bens e serviços para proteção e recuperação ambiental, reserva contingencial para impostos verdes.

Ainda segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.78 e 79), as Receitas Ambientais podem compreender as vendas de resíduos reciclados, aproveitamento de gases e calor, redução no consumo de matérias-primas, redução do consumo de água, vendas ou reutilização de co-produtos, subvenções governamentais, prestação de serviços ambientais, entre outros.

Já as despesas ambientais, conforme Tinoco e Kraemer (2008, p. 78 e 79), compreendem “seguros ambientais, auditoria ambiental, licenças e impostos ambientais, multas ambientais, indenizações ambientais, provisões ambientais.”

2.1.3.2 Pesquisas Anteriores

A pesquisa de Braga *et al.* (2009, p. 94) concluíram que as empresas com maior nível de potencial poluidor divulgam mais informações, e um dos motivos desta divulgação é fugir do problema de seleção adversa. Em sua pesquisa, Braga *et al.* (2009, p. 86) afirma que a seleção adversa, no que diz respeito às informações ambientais divulgadas voluntariamente funciona da seguinte maneira:

Deduz-se que uma empresa que mantém relação sustentável entre o seu processo produtivo e a exploração dos recursos naturais, tem investimentos em projetos ambientais de recuperação de áreas degradadas e possui certificações e licenciamentos ambientais, por exemplo, tem um incentivo maior para divulgar essas informações de maneira detalhada, pois acredita que os custos decorrentes dessa divulgação são compensados pelos benefícios. Caso a empresa não divulgue esse tipo de informação, os possíveis usuários da informação podem interpretar que a empresa não assume determinados compromissos com relação ao ambiente natural onde opera, e isso pode ter algum tipo de impacto na percepção do usuário a respeito da empresa e talvez na avaliação daquele acerca dos ativos desta.

Mais recentemente, Giacomini, Ott e Grando (2018, p. 112) buscaram os fatores determinantes do nível de divulgação voluntária de informações ambientais das companhias listadas na B3 e que possuem atividades com alto impacto ambiental. Observaram que não são todas as companhias que divulgam os relatórios envolvendo informações ambientais.

O trabalho realizado por Rover, Muricia, Borba e Vicente (2008, p. 69) analisou as características da divulgação voluntária de informações ambientais por empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. O resultado encontrado apontou que a maioria das informações em questão foi evidenciada no Relatório da Administração, de forma declarativa e trazendo boa imagem à organização.

3 METODOLOGIA

Este capítulo visa expor a metodologia utilizada na pesquisa, que buscou responder o seguinte questionamento: Quais as características das informações de cunho ambiental divulgadas voluntariamente pelas empresas brasileiras de capital aberto, que se enquadram nos dois maiores níveis de potencial poluidor?

Para atender ao objetivo do trabalho foi realizada a análise das Notas Explicativas e do Relatório dos Administradores do ano de 2017, das companhias do Setor de Materiais Básicos da B3 classificadas como pequeno, médio e alto nível de potencial poluidor, de acordo com a Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

3.1 Caracterização do estudo

A pesquisa é científica pois, através de procedimentos e métodos científicos, busca conhecimentos e resultados confiáveis (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 44). Quanto aos objetivos, é caracterizada como descritiva. Vergara (2000, p. 47) expõe que a pesquisa descritiva demonstra as características de determinada população ou fenômeno, além de estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza: "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação."

Ainda sobre pesquisas descritivas, Silva & Menezes (2000, p.21), afirmam que “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

3.2 Procedimentos de pesquisa

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é definida como pesquisa bibliográfica, já que segundo Macedo (1995, p. 13), a pesquisa bibliográfica pode ser definida como:

Busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final). (MACEDO, 1995, p. 13).

A pesquisa bibliográfica em questão incluiu principalmente artigos publicados em revistas e congressos disponíveis na Internet, assim como dissertações e teses, além de livros.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa por fazer uso de análise e reflexão com relação ao texto, e não de métodos numéricos quantitativos. (COLLINS; HUSSEY, 2005, p. 26).

3.3 Critérios para Escolha das Empresas Objeto do Estudo

Na presente pesquisa, o conjunto escolhido de organizações a serem analisadas foi um setor a nível nacional. A amostra utilizada é composta pelas empresas de capital aberto do setor de Materiais Básicos listadas na B3. O setor foi escolhido por apresentar a grande maioria de suas companhias com médio e alto potencial poluidor.

A base para classificar o potencial poluidor das empresas foi dada pelo enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, direcionado pela Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018. Nesta instrução, existem as fichas técnicas que enquadram as atividades passíveis de controle ambiental, e as mesmas estão classificadas de acordo com pequeno, médio e alto potencial poluidor.

A primeira etapa foi listar todas as empresas pertencentes ao setor de Materiais Básicos disponível no site da B3. Em seguida, foi feita uma relação com a atividade principal de cada empresa, disponível também no site da B3. O setor em questão possui 38 empresas, porém 6 foram excluídas da amostra por pertencerem ao Mercado Internacional (BDRs), outras 6 por possuírem como atividade principal apenas a participação em outras empresas, e 1 por apresentar pequeno potencial poluidor, não enquadrando-se então na proposta da pesquisa. A amostra final foi de 25 empresas, listadas a seguir, conforme exposto no site da B3.

Tabela 2 - Listagem das empresas selecionadas

Relação das Empresas Analisadas
MMX MINER
VALE
FERBASA
SID NACIONAL
USIMINAS
FIBAM
MANGELS INDL
PANATLANTICA
TEKNO
PARANAPANEMA
BRASKEM
ELEKEIROZ
FER HERINGER
NUTRIPLANT
CRISTAL
UNIPAR
DURATEX
EUCATEX
CELUL IRANI
FIBRIA
KLABIN S/A
SANTHER
SUZANO PAPEL
METAL IGUACU
MAGNESITA SA

As empresas foram classificadas de acordo com o potencial poluidor seguindo a Instrução Normativa nº 12. O passo seguinte foi analisar as Notas explicativas e Relatórios da Administração disponibilizadas no site da B3, e buscar por sentenças que satisfaçam os critérios de divisão de acordo com a Estrutura Conceitual para Levantamento das Informações Ambientais de Rover, Muricia, Borba e Vicente (2008, p. 61), de maneira adaptada. Os critérios são apresentados no quadro a seguir:

Tabela 3- Estrutura Conceitual para Levantamento das Informações Ambientais

Categorias Ambientais	
1. Políticas Ambientais	5. Informações Financeiras Ambientais
Declaração das políticas, práticas, ações atuais e futuras; estabelecimento de metas; obediência normas e leis; premiações; e participações em índices ambientais (sustentabilidade).	Investimentos; custos; despesas; passivos; provisões; ativos; seguros; práticas contábeis de itens ambientais.
2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	6. Educação, Pesquisa e Treinamento
Certificação ambiental (ISOs 9000 e/ou 14.000, EMA etc.); auditoria ambiental, descrição das práticas de gestão ambiental.	Educação e treinamento ambiental (internamente e/ou comunidade); pesquisas.
3. Impactos dos Produtos e Processos	7. Mercado de Créditos de Carbono
Desperdícios; resíduos; processo de acondicionamento; reciclagem; desenvolvimento de produtos ecológicos; impacto na área de terra utilizada; odor; reutilização da água; vazamentos e derramamentos; reparo a danos ambientais.	Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL); créditos de carbono; emissão de gases do efeito estufa (GEE); certificados de emissões reduzidas (CER)
4. Energia	8. Outras Informações Ambientais
Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações; utilização de materiais desperdiçados; aumento da eficiência energética, preocupação com falta de energia; desenvolvimento de novas fontes.	Menções sobre sustentabilidade; gerenciamento de florestas; conservação da biodiversidade; relacionamento com stakeholders.

Fonte: Rover, Murcia, Borba e Vicente (2008, p. 61)

E as sentenças avaliadas da seguinte forma, ainda segundo o modelo utilizado por Rover, Murcia, Borba e Vicente (2008, p. 62), de maneira adaptada:

Tabela 4- Formas de Classificação das Sentenças de Acordo com a Evidência

Declarativa	Quantitativa	Declarativa e Quantitativa
Informação qualitativa expressa em termos descritivos.	Informação quantitativa expressa em números (de natureza financeira ou monetária).	Informação qualitativa em termos descritivos e expressa em números.

Fonte: Rover, Murcia, Borba e Vicente (2008, p. 62)

Além disso, Murcia, Borba e Vicente (2008, p. 62) utilizaram a classificação quanto à essência da informação.

Tabela 5 - Formas de Classificação das Sentenças de Acordo com a Essência

Informação boa	Informação ruim	Informação neutra
Declarações que refletem crédito para a companhia.	Declarações que refletem descrédito para a companhia	Declarações cujo crédito/descrédito para a companhia não é óbvio

Fonte: Rover, Murcia, Borba e Vicente (2008, p. 62)

No capítulo a seguir, a análise feita é descrita de forma mais detalhada.

4 ANÁLISE

Ao total da análise, foram encontradas 206 informações de cunho ambiental nas Notas Explicativas e no Relatório dos administradores, sendo que 36,89% foram encontradas das Notas Explicativas, e 63,11% no Relatório dos Administradores, conforme apresentado a seguir.

Tabela 6- Relação das informações divulgadas por categoria

Categorias	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Total
Políticas Ambientais	10	41	51
Sistemas de Gerenciamento Ambiental	1	15	16
Impactos dos Produtos e Processos	8	31	39
Energia	1	4	5
Educação, Pesquisa e Treinamento	0	15	15
Informações Financeiras Ambientais	50	7	57
Mercado de Créditos de Carbono	0	4	4
Outras Informações Ambientais	6	13	19
Total	76	130	206

Fonte: Elaborada pela Autora

Quanto a forma da evidência, 74,27% foram declarativas, 1,46% foram quantitativas e 24,27% foram declarativas e quantitativas. Quanto a essência, 84,47% foram informações boas à imagem da companhia, 4,37% neutras e 11,16% ruins.

Tabela 7- Relação das informações divulgadas quanto a forma da Evidência

Evidência	
Informações Declarativas	153
Informações Quantitativas	3
Informações Declarativas e quantitativas	50
Total	206

Fonte: Elaborada pela Autora

Tabela 8- Relação das informações divulgadas quanto a Essência

Essência	
Informações Boas	174
Informações Neutras	9
Informações Ruins	23
Total	206

Fonte: Elaborada pela Autora

A relação detalhada é apresentada a seguir.

4.1 Informações contidas nas Notas Explicativas¹

Ao analisar as Notas Explicativas das 25 companhias pertencentes à amostra, encontrou-se um total de 76 informações de cunho ambiental.

De acordo com a classificação quanto à Evidência, as informações foram 53,95% (41 afirmações) declarativas, 3,95% (3 afirmações) quantitativas e 42,10% (32 afirmações) declarativa quantitativas.

Já levando a consideração a Essência da informação, as empresas da amostra apresentaram 61,84% (47 afirmações) boas à imagem da empresa, 11,84% (9 afirmações) neutras e 26,33% (20 afirmações) ruins à imagem da empresa.

Mais detalhes destas informações serão tratados nos tópicos a seguir, nos quais serão apresentadas as informações de acordo com a Estrutura Conceitual para Levantamento das Informações Ambientais de Rover, Muricia, Borba e Vicente (2008, p. 61).

4.1.1 Políticas Ambientais

As Notas Explicativas analisadas apresentavam 10 afirmações relacionadas às Políticas Ambientais das empresas, e possuíam informações sobre os princípios da companhia relacionados à sustentabilidade, declarações sobre práticas de plantio renovável e obediência às leis aplicadas à determinados recursos, conforme os seguintes exemplos, respectivamente:

- “A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.” (Notas Explicativas da Unipar Carbocloro S.A., 2017, p. 34)

- “O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere.” (Notas Explicativas da Klabin S.A., 2017, p. 17)

- “A captação de água para abastecimento das fábricas é realizada a partir de outorgas e obedece à legislação ambiental de cada localidade e às licenças de operação das Unidades.” (Notas Explicativas da Fibria Celulose S.A., 2017, p. 19)

Todas estas afirmações foram declarativas e adicionavam uma boa imagem à companhia.

¹ Todas as informações mencionadas neste subtítulo encontram-se no site da B3 <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

4.1.2 Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Nesta categoria, apenas a Cia Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. divulgou uma informação, tratando sobre a certificação da empresa pela ISO 14001 (Notas Explicativas da Cia Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A., 2017, p. 19). A informação foi declarativa e atribuiu uma boa imagem à companhia.

4.1.3 Impactos dos Produtos e Processos

Dentro desta categoria, foram encontradas 8 afirmações, que tratam assuntos como reaproveitamento de resíduos, aquisição de máquina de reciclagem e cuidados com a preservação do solo, como exemplificado a seguir:

- A Fibria Celulose divulgou os esforços dispendidos para utilizar os resíduos gerados na produção de celulose : “a Fibria vem fazendo esforços para utilizar resíduos da fabricação de celulose que são coprocessados e transformados em produtos para aplicação na área florestal e são aproveitados na correção da acidez dos solos onde são mantidos plantios de eucalipto.” (Notas Explicativas da Fibria Celulose S.A., 2017, p. 20)
- “BNDES para construção da nova máquina de reciclados em Goiana (PE).” (Notas Explicativas da Klabin S.A., 2017, p. 36)
- “Conservação dos solos: Realizados monitoramentos mensais, e posterior tomada de ações para mitigar possíveis impactos negativos causados pelas atividades florestais.” (Notas Explicativas da Eucatex S.A. Industria e Comércio, 2017, p. 25)

Das 8 informações divulgadas, 7 foram declarativas e passavam uma boa imagem à companhia. Apenas uma foi descritiva quantitativa e atribuía uma imagem negativa, pois se tratava da divulgação do acontecimento de um incêndio em uma das controladas da Celulose Irani S.A..

- “No exercício de 2017, as florestas da controlada Habitasul Florestal S.A., localizada no Rio Grande do Sul, tiveram a incidência de incêndio florestal.” (Notas Explicativas da Celulose Irani S.A., 2017, p. 31)

4.1.4 Energia

Neste eixo, apenas a Cia Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. divulgou uma informação descritiva sobre a compra de um parque eólico, que atribui boa imagem à companhia. (Notas Explicativas da Cia Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A., 2017, p. 20)

4.1.5 Informações Financeiras Ambientais

Este foi o tópico mais abordado, contendo 50 afirmações. Dentre elas, 3 quantitativas, 16 declarativas e 31 declarativa e quantitativa. Este foi o quesito que mais apresentou informações capazes de atribuir uma imagem negativa à companhia (19 temas abordados), por ter em seu conteúdo os processos relacionados ao meio ambiente sofridos pela empresa. Além disso, apresenta 9 informações neutras à imagem da companhia, classificadas assim quando a empresa afirma que não aderiu ao seguro para proteção do meio ambiente mas que mantém outros métodos de proteção, e 22 informações boas, conforme mostra os exemplos:

-“Processos ambientais - As reclamações mais significativas referem-se a alegados vícios processuais na obtenção de licenças, não cumprimentos de licenças ambientais existentes ou prejuízos ambientais.” (Notas Explicativas da Vale S.A., 2017, p. 68)

- “O Grupo não possui seguro para suas florestas. Para minimizar o risco sobre estes ativos, são mantidas brigadas internas e pessoal treinado no combate a incêndios, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. O Grupo não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.” (Notas Explicativas da Duratex S.A., 2017, p. 61)

-“ O custo de recuperação da mina, líquido de exaustão, no valor de R\$20.743 (31/12/2016 - R\$24.892), está incluído na rubrica “ARO” no ativo e representa o montante estimado dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de lavra.” (Notas Explicativas da Cristal Pigmentos do Brasil S.A., 2017, p. 35)

4.1.6 Educação, Pesquisa e Treinamento

Não foram identificadas informações sobre este tema nas Notas Explicativas analisadas.

4.1.7 Mercado de Créditos de Carbono

Não foram identificadas informações sobre este tema nas Notas Explicativas analisadas.

4.1.8 Outras Informações Ambientais

Nesta categoria enquadraram-se 6 informações divulgadas, todas declarativas e trazendo uma boa imagem à companhia, tratando de temas como sustentabilidade e relação com os *stakeholders*:

- “Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.” (Notas Explicativas da Duratex S.A., 2017, p. 45)
- “Todos os contratos firmados com os fornecedores e demais parceiros de negócios são acompanhados do Código de Conduta ou fazem menção ao mesmo”. (Notas Explicativas da Fibria Celulose S.A., 2017, p. 20)

4.2 Informações contidas nos Relatório dos Administradores²

Nos Relatórios dos Administradores, foi possível perceber uma maior quantidade de informações ambientais, quando comparado com as Notas Explicativas. Das 130 informações divulgadas, 86,15% foram declarativas, e 13,85% foram declarativas quantitativas. Quanto à Essência, foram 97,69% boas para a imagem da organização e 2,31% ruins.

4.2.1 Políticas Ambientais

No que tange às Políticas Ambientais, foram feitas 41 afirmações, todas declarativas e trazendo boa imagem à companhia. Abordam principalmente premiações obtidas, presença em índices de sustentabilidade e práticas adotadas. São exemplos:

- “O projeto Caminhos do Vale foi premiado na categoria Sustentabilidade, do Steelie Award, reafirmando o sucesso da iniciativa.” (Relatório dos Administradores da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas., 2017, p. 09)
- “A Braskem participa do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), fazendo parte de um grupo seleto de empresas que compõem a carteira para o período de janeiro a dezembro de 2018.” (Relatório dos Administradores da Baskem S.A., 2017, p. 20)
- “Entendemos que ser sustentável é mais do que realizar ações pontuais para preservação do meio ambiente ou atividades esporádicas com a comunidade.” (Relatório dos Administradores da Magnesita S.A., 2017, p. 11)

4.2.2 Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Esta categoria apresentou 15 afirmações, todas declarativas e todas atribuindo boa imagem à organização. Todas as informações são relacionadas às certificações ambientais (ISOs 9000 e/ou 14.000):

² Todas as informações mencionadas neste subtítulo encontram-se no site da B3 <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

-“A política ambiental da Irani está alinhada com a Norma ISO 14001:2015 e reflete o comprometimento com as partes interessadas através do atendimento aos requisitos legais aplicáveis, prevenção da poluição, preservação do meio ambiente, redução de impactos ambientais e melhoria contínua com o objetivo de aumentar o desempenho, conduzindo suas atividades de acordo com as melhores práticas de gestão ambiental.” (Relatório dos Administradores da Celulose Irani S.A., 2017, p. 19)

4.2.3 Impactos dos Produtos e Processos

Das 31 informações encontradas, 21 foram declarativas, e 10 declarativas e quantitativas, sendo 29 boas para a organização e apenas 2 ruins. Foram divulgadas informações sobre uso eficiente da água e reciclagem.

-“O percentual de reuso de água superou o objetivo estabelecido para 2020 de 25%.” (Relatório dos Administradores da Baskem S.A., 2017, p. 22)

- “A reciclagem gera novos produtos (refratários de baixa solicitação) e matérias-primas para novos refratários.” (Relatório dos Administradores da Magnesita S.A., 2017, p. 11)

Uma das informações que atribuiu um imagem ruim menciona um incêndio ocorrido em fevereiro de 2017 em áreas do ativo florestal da Celulose Irani S.A. (Relatório dos Administradores da Celulose Irani S.A., 2017, p. 16)

4.2.4 Energia

Quanto à energia foram divulgadas 4 informações, 2 declarativas e 2 declarativas e quantitativas, sendo 3 boas e 1 ruim. Pertenciam à esta divisão informações sobre novas aquisições de energia e comentários sobre eficiência energética.

-“ FERBASA divulgou, formalmente, no final do mês de outubro, proposta vinculante para aquisição do parque de energia eólica BW.” (Relatório dos Administradores da Cia Ferro Ligas da Bahia – Febrasa S.A., 2017, p. 02)

-“O consumo de energia (10,61 GJ/t) aumentou em 3,4% em relação a 2016, explicado pelo Complexo no México, que passou a integrar a composição dos eco-indicadores da Braskem” (Relatório dos Administradores da Baskem S.A., 2017, p. 11)

4.2.5 Informações Financeiras Ambientais

Neste tema, foram apresentadas 7 informações, 5 declarativas e 2 declarativas e quantitativas. Todas atribuindo boa imagem à organização. Citam assuntos relacionados à investimentos para maior sustentabilidade.

-“Em 2017, os investimentos em responsabilidade socioambiental corporativa foram de R\$ 1,9 bilhão, compostos por R\$ 1,5 bilhão em proteção e conservação ambiental e R\$ 355 milhões em programas sociais.” (Relatório dos Administradores da Vale S.A., 2017, p. 20)

4.2.6 Educação, Pesquisa e Treinamento

Dentro deste quesito, foram divulgadas 15 informações, 14 declarativas e 1 declarativa e quantitativa, e todas favoráveis à companhia. Neste tema foram abordados temas como projetos de ensino envolvendo sustentabilidade à sociedade e aos funcionários, além de pesquisas desenvolvidas pela própria instituição para diminuir os impactos ambientais.

-“O recém-inaugurado Centro de Tecnologia da Klabin, um dos mais modernos do setor de papel e celulose, consolida os investimentos nas frentes de pesquisa e desenvolvimento das áreas de negócio da Companhia.” (Relatório dos Administradores da Klabin S.A., 2017, p. 01)

-“ Edukatu: rede de aprendizagem on-line que visa incentivar a troca de conhecimentos e práticas sobre consumo consciente e sustentabilidade entre professores e alunos do Ensino Fundamental de escolas em todo o Brasil por meio de uma plataforma de adesão gratuita e voluntária.” (Relatório dos Administradores da Baskem S.A., 2017, p. 26)

4.2.7 Mercado de Créditos de Carbono

Nesta temática, as 4 informações divulgadas, 2 foram declarativas e 2 foram declarativas e quantitativas, e todas trazendo boa imagem à organização.

-“ Desde 2010, a Companhia vem realizando o inventário das emissões de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do GHG Protocol visando subsidiar sua gestão de carbono, mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas.” (Relatório dos Administradores da Cia Siderurgica Nacional S.A., 2017, p. 09)

4.2.8 Outras Informações Ambientais

Neste quesito, foram divulgadas 13 informações. 12 declarativas e 1 declarativa e quantitativa, e todas atribuindo boa imagem à organização. Citam assuntos relacionados à sustentabilidade e ao relacionamento com os stakeholders.

-“A complexidade de cenários exige gestão florestal de alto nível com foco constante na sustentabilidade e na redução dos custos.” (Relatório dos Administradores da Suzano Papéis e Celulose S.A., 2017, p. 03)

-“Tivemos em 2017 a concretização do primeiro ciclo do Programa Suprimentos Sustentáveis. A iniciativa é dirigida a empresas de todas as categorias de fornecimento e aos empregados da Fibria envolvidos, de forma direta e indireta, nos processos de contratação e relacionamento com fornecedores.” (Relatório dos Administradores da Fibria Celulose S.A., 2017, p. 03)

4.3 Discussão da Análise

Através da presente análise, foi possível observar que as companhias tendem a divulgar voluntariamente poucas informações negativas, visto a discrepância entre as informações boas e informações ruins apresentadas nos relatórios. Além dos custos da elaboração e divulgação da informação, que muitas vezes faz com que a mesma não seja divulgada, é evidente que a grande maioria das informações agregam uma boa imagem à companhia, fato este que pode ser relacionado com a afirmação de Dye (2001, p. 184) sobre um caso especial da Teoria dos jogos, no qual a organização tende a divulgar informações que sejam favoráveis à ela, e omitir as que sejam negativas.

Levando-se em conta todas as informações já expostas neste capítulo, assim como na pesquisa de Giacomini, Ott e Grando (2018, p. 112) citada anteriormente, foi possível perceber que nem todas as organizações publicam informações de cunho ambiental em seus relatórios. Das 25 empresas, 6 não publicaram nenhuma informação de cunho ambiental nas Notas Explicativas. Já no Relatório dos Administradores, 11 empresas não mencionaram assuntos relacionados ao meio ambiente.

A pesquisa limitou-se apenas aos relatórios analisados (Notas Explicativas e Relatório dos Administradores), não analisando informações de outros relatórios divulgados pelas empresas. Além disso, o método de qualitativo apresenta outras limitações. Elas compreendem o fato de o pesquisador necessitar fazer uma análise subjetiva. (CAVALCANTE, PINHEIRO, 2014, p. 16).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração o aumento da preocupação por parte da sociedade com o bom uso dos recursos ambientais, a pesquisa buscou objetivo de investigar as características da divulgação de informações de cunho ambiental de companhias do setor de Materiais Básicos da B3 enquadradas nos maiores níveis de potencial poluidor segundo a Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, foram analisadas as Notas explicativas e os Relatórios da Administração de 25 empresas do setor. Como resultado, foram encontradas 206 informações de cunho ambiental. A maioria (63,11%) localizou-se no Relatório dos Administradores, e, classificadas conforme a essência da informação, atribuiu boa imagem à organização (84,47%). A maior parte das informações divulgadas, classificadas de acordo com a forma da evidência, foram declarativas (74,27%). A categoria mais apresentada foi “Informações Financeiras Ambientais”, e a menos apresentada compreendeu informações sobre “Mercado de Créditos de Carbono. As informações encontradas atestam o resultado de pesquisas anteriores, visto que a grande maioria das informações atribuiu boa imagem à organização, e foram evidenciadas no Relatório dos Administradores. Na pesquisa em questão, assim como nas anteriores, a maior parte das informações classificadas como “ruim” correspondem a passivos ambientais, e em muitos desses casos as empresas são influenciadas a evidenciar tais fatos para evitar a seleção adversa.

Além disso, a falta de regulamentação das informações contábeis sobre impactos no meio ambiente deve ser discutida, principalmente quando se referem a organizações com alto impacto poluidor, fato que justifica uma maior reflexão sobre a regularização e normatização a respeito das informações ambientais a serem divulgadas pelas organizações.

A sugestão para pesquisas posteriores é aumentar o período analisado, os níveis de potencial poluidor abrangidos, tanto como a amostra analisada, ampliando-as para outros setores da B3, contribuindo assim para a melhor compreensão do comportamento das organizações no que tange à divulgação voluntária de informações de cunho ambiental.

6 REFERÊNCIAS

AVELINO, Bruna Camargos.; PINHEIRO, Laura Edith Taboada; LAMOUNIER, Wagner Moura. Evidenciação de ativos intangíveis: Estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 14, p.23-45, 1 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2352/235223852003.pdf>>. Acesso em: 6 mai. 2018.

BATISTA, Rodrigues Kelly; MELO, Janaina Ferreira Marques; CARVALHO, José Ribamar Marques. Evidenciação dos itens ambientais nas empresas do setor de mineração de metálicos cadastradas na BM&FBOVESPA. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, São Paulo, v. 5, n. 1. jan/abr. 2016. Disponível em: <<http://revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/viewFile/296/pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRAGA, Josué Pires; OLIVEIRA, José Renato Sena; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9º, 2009, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos92009/329.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018. Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 Abr. 2018. Seção 1, p. 79. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/phocadownload/ctf/2018/Ibama-IN-12-2018.pdf.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento de resultados contábeis no Brasil mediante decisões operacionais**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Administração, EnANPAD, 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-fica-2767.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10000/10871>>. Acesso em: 14 out. 2018.

COLEMAN, Les. Losses from failure of stakeholder sensitive processes: financial consequences for large US companies from breakdowns in product, environmental, and accounting standards. **Journal of Business Ethics**, v. 98, n. 2, p. 247-258, 2011, [S.l.]. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/e1178978hk37r125/>>. Acesso em: 15 Abr. 2018.

COLLINS, Jill.; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. (2005).

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). (2011). CPC 00 (R1) – **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível

em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 14 Out. 2018.

DANTAS, José Alves.; ZENDERSKY, Humberto Carlos; NIYAMA, Jorge Katsumi; SANTOS, Sérgio Carlos. **A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Administração, EnANPAD, 2004; Curitiba. <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/36406/a-dualidade-entre-os-beneficios-do-disclosure-e-a-relutancia-das-organizacoes-em-aumentar-o-grau-de-evidenciacao>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DEVALLE, Alain; ONALI, Enrico; MAGARINI, Riccardo. Assessing the value relevance of accounting data after the introduction of IFRS in Europe. **Journal of international financial management & accounting**, Oxford, v. 21, n. 2, p. 85-119, fev. 2010. Disponível em: <<https://onlinelibrary-wiley.ez25.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/j.1467-646X.2010.01037.x>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DYE, Ronald A. An Evaluation of “Essays on Disclosure” and the Disclosure Literature in Accounting. **Journal of Accounting and Economics**. Amsterdam, n° 32, p. 181-135, mar. 2001. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0165410101000246/1-s2.0-S0165410101000246-main.pdf?_tid=0a229c9b-fe75-47c9-a803-16be36924837&acdnat=1529856191_2fab7488b901529bf87fde779ec1bac2>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FARONI, Walmer; SILVEIRA, Sueli de Fátima Ramos; MAGALHÃES, Elizete Aparecida de; MAGALHÃES, Elnice Maria de. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pelas normas ISSO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte-MG. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 34, n. 6, p. 1119-1128, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622010000600018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 Abr. 2018.

FREITAS, Ernani Cesar; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

GIACOMIN, Jucélia; OTT, Ernani; GRANDO, Tadeu. Estudo sobre variáveis determinantes do nível de divulgação de informações voluntárias ambientais. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo, vol. 7, n. 1 p. 97-115 jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/628/pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

GOMES, Dânia Raquel Lopes. **Contabilidade ambiental- aplicação dos princípios normativos e uma obra do grupo Soares da Costa, SGPS, SA**. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente – Ramo de Gestão), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2010. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/58944/1/000145653.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Ambiental como sistema de informações. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 133, p. 68-83, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.rbcdigital.org.br/index.php/rbc/article/view/401>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

KRONBAUER, Clóvis Antrônio; SILVA, Mariana Manfroi da Silva. Disclosure Ambiental: Análise do Grau de Evidenciação nas Demonstrações Contábeis das Empresas de Transporte. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 17, Ed. Especial, p. 44-46, out. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5372/3959>>. Acesso em: 05 out. 2018.

MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação à Pesquisa Bibliográfica**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MARION, José Carlos. **Introdução a Contabilidade com Ênfase em Teoria**. 2ª ed. São Paulo: Alinea, 2009.

MURICIA, Fernando Da-Ri; ROVER, Suliani; LIMA, Iran; FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; GERLANDO, Augusto Sampaio Franco de. ‘Disclosure verde’ nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, jan./dez. 2008. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/21/49>>. Acesso em: jun. 2018.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROVER, Suliani; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Divulgação de Informações ambientais nas demonstrações Contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 2, p. 53-72, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34713/37451>>. Acesso em: 14 out. 2018.

RUFINO, Maria Audenôra; MACHADO, Márcia Reis. Relação de dependência entre a divulgação voluntária social e ambiental e as características das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 9, n. 1, p. 344-363, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/8997/7877>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SAMPAIO, Márcio Santos; GOMES, Sonia Maria da Silva.; BRUNI, Adriano Leal.; DIAS FILHO, José Maria. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, p. 105-122, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1170/117022715007/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SANTOS, Shirley Karola Batista; NUNES, Wandeuza dos S. S.; ALMEIDA, Alex Santos; GONÇALVES, Cleaylton Ribeiro de Medeiros. Contabilidade ambiental: uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica da Fanese**. Sergipe, v.3, n.1, Set. 2014. Disponível em: <<http://app.fanese.edu.br/revista/wp-content/uploads/CONTABILIDADE-AMBIENTAL-uma-ferramenta-eficaz-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

SILVA, Benedito Gonçalves da. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção**. 4^a ed., Florianópolis: UFSC, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elusabeth. Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas. 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elusabeth. Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VERRECCHIA, Robert E. *Essays on Disclosure*. *Journal of Accounting and Economics*, n° 32, p. 97-180, 2001, [S.l.]. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410101000258>>. Acesso em: 15 out. 2018.